



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- A pauta de projetos para a apreciação do plenário da Câmara para esta semana, contrariando o que prevê o Regimento Interno, ainda não foi divulgada.

## SENADO FEDERAL

- Na pauta de projetos para a apreciação do plenário do Senado para esta semana não figura nenhuma matéria que contenha potenciais impactos sobre a Amazônia.

- Na próxima sexta-feira (25/03), às 10hs, acontecerá, no Plenário Virtual do Senado, uma sessão especial para Comemorar a *Campanha da Fraternidade de 2022*, da CNBB, que tem como tema: "*Fraternidade e Educação*". O requerimento para a comemoração foi apresentado pelo Sen. Izauci Lucas (PSDB-DF).

## COMISSÕES DO SENADO

### Comissão para atualizar Lei do Impeachment

Foi instalada, no dia 11/03, a comissão de juristas que vai elaborar um anteprojeto para atualizar a Lei do Impeachment (Lei 1079/1950). A comissão será presidida pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski. Também integra o grupo o ex-senador Antônio Anastasia, que atualmente é ministro do TCU. Participam ainda da comissão: Rogério Schiatti Machado Cruz, ministro do STJ; Fabiano Augusto Martins Silveira, que foi ministro da Transparência, Fiscalização e Controle durante o governo de Michel Temer; Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, conselheiro do CNJ; Marcus Vinicius Furtado Coêlho, ex-presidente da OAB; Heleno Taveira Torres; Maurício de Oliveira Campos Júnior; Gregório Assagra de Almeida e Carlos Eduardo Frazão do Amaral. O grupo terá 180 dias (contados a partir de sua instalação) para apresentar o anteprojeto.

## OUTROS INFORMES

### Grupo de Trabalho sobre semipresidencialismo

O presidente da câmara, Arthur Lira (PP-AL) criou um grupo de trabalho, com prazo de 120 dias, para analisar uma proposta de emenda à Constituição para alterar a forma de governo. O grupo é formado por parlamentares e um conselho consultivo. Participam os *deputados*: Samuel Moreira (PSDB-SP), Marcel Van Hattem (NOVO-RS), Margarete Coelho (PP-PI), Enrico Misasi (PV-SP), Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), Luisa Canzani (PTB-PR), Alice Portugal (PVdoB-BA), Luiz Philipe de Orleans e Bragança (União-SP), Felipe Rigoni (União-ES), Gastão Vieira (PROS-MA). Compõem o *conselho consultivo*: Nelson Jobim (coordenador), Michel Temer, Ellen Gracie (ex-ministra do

STF), Mônica Caggiano (Doutora pela USP), Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Doutor e professor Emérito da USP), Nina Beatriz Stocco Ranieri (Doutora pela USP), Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (Doutor pela USP), Maria Hermínia Tavares de Almeida (Doutora pela USP), Jorge Octávio Lavocat Galvão (Procurador do DF, Doutor pela USP), Elival da Sila Ramos (Doutor pela USP).

### Revisão Periódica Universal - RPU

O Observatório Parlamentar, criado em 2020 e vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, é fruto de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Câmara dos Deputados. Sua função é analisar as recomendações dos países-membros da ONU, sobre temas como meio ambiente, saneamento e violações de Direitos Humanos. No último dia 16/03, em sessão solene no Plenário da Câmara, o Observatório entregou os relatórios da avaliação da situação dos Direitos Humanos no Brasil. A CNBB participou da sessão.

### Colóquio Brasil–Alemanha debate função ecológica da propriedade

A função ecológica da propriedade e a relação entre a legislação sobre desmatamento e as cadeias produtivas foram tema do 2º Colóquio Brasil–Alemanha sobre política e direito ambiental, que ocorreu nesta segunda-feira (21). A audiência foi promovida pelo Senado Federal em parceria com o Fórum Euro-Brasileiro sobre Democracia e o Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça.

### Projeto sobre Mineração

Mais um projeto que pretende flexibilizar a *mineração em territórios indígenas e unidades de conservação* foi apresentado à Câmara dos Deputados. O Deputado José Medeiros (PODE-MT) apresentou um Projeto de Lei (PL 571/2022) que visa alterar o "Código de Minas" (Decreto-Lei 227/1967), para criar condições especiais ao exercício de atividade minerária em caso de interesse à soberania nacional, assim declarado pelo Presidente da República.